

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

## Fundo Monetário Internacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização criada no âmbito dos acordos de Bretton Woods, em 1944, para contribuir para a estabilidade do sistema monetário internacional. A verdadeira história do FMI começa com a crise da dívida nas décadas de 1970 e 1980. É aí que o seu papel na concessão de financiamento a países com dificuldades na balança de pagamentos arranca em força e é aí que as impressões digitais dos interesses económicos dos EUA, os seus maiores acionistas, com uma minoria de bloqueio das decisões relevantes, se revelam. Em troca de empréstimos, o FMI impõe políticas económicas de austeridade por todas as periferias e semiperiferias em dificuldades.

A crise é vista como uma oportunidade para erodir os serviços públicos e impor a venda de ativos a preço de saldo e para desvalorizar o trabalho. Os credores financeiros agradecem, as multinacionais e uma minoria das elites dos países em causa também. Já para as populações, os efeitos são invariavelmente desastrosos, como se constata em numerosas avaliações feitas aos efeitos socioeconómicos das centenas de intervenções do FMI. As recentes crises asiática e argentina pareciam assinalar o estertor de uma instituição dotada de soluções contraproducentes e interesseiras e com cada vez menos “clientes” interessados nos seus empréstimos condicionados.

Com a crise atual, muitos dos dogmas neoliberais foram abalados e no próprio seio do FMI surgiram posições divergentes. A desigualdade esteve na origem da crise; os controlos de capitais podem ser justificados; a austeridade é recessiva. Estas são três conclusões da investigação económica recente do FMI. No entanto, a investigação não é o que molda a política desta instituição. A crise iniciada em 2007 marca o regresso em força do FMI com a mesma lógica de sempre, dotado de surpreendente músculo financeiro desta vez exercido sobre alguns países da Zona Euro. A história desta crise está a ser escrita pelos credores e as políticas impostas também. A ação do FMI é sempre uma questão de poder político e nunca de validade das políticas.

*João Rodrigues*

## Fundos de pensões

São patrimónios autónomos associados a planos de pensões que definem as condições de acesso a uma pensão de pré-reforma, reforma antecipada, reforma por velhice, por invalidez, ou de sobrevivência. Em Portugal, são

geridos por seguradoras e empresas gestoras de fundos de pensões ou associações mutualistas. Podem ter um caráter coletivo, organizados por empresa, setor ou profissão, ou um caráter individual, como é o caso dos Planos Poupança-Reforma (PPR). Desde a década de 1980, instituições como o FMI e o Banco Mundial têm procurado a substituição dos sistemas públicos de pensões em repartição por fundos de pensões privados em capitalização. Isto permite a entrada dos montantes relativos às pensões no mercado de capitais, podendo ser usados para especulação bolsista, que, paradoxalmente, pode incidir sobre as empresas e países dos participantes desses mesmos fundos.

Os fundos de pensões podem ser de prestações/benefícios definidos ou de contribuições definidas. No primeiro caso, estabelece-se à partida o valor e o tipo de benefício que será recebido. No segundo caso, não existe qualquer compromisso quanto ao montante futuro das prestações. Estas dependem das contribuições, do rendimento dos capitais, sendo ainda condicionadas pela inflação e pela longevidade do subscritor. Isto tem levado alguns a questionar se este tipo de fundos é um dispositivo de reforma ou meramente uma poupança. No primeiro caso, são as empresas e o grupo de participantes que partilham os riscos relativos à gestão do fundo. No segundo caso, o beneficiário assume integral e individualmente os riscos. Os fundos mais antigos tendem a ser de benefícios definidos, substitutos ou complementares das pensões públicas. A pressão para a transformação das pensões públicas em fundos de pensões privados tem em mente os segundos. As empresas que possuem os primeiros têm procurado transformá-los em contribuições definidas ou mesmo integrá-los nos sistemas públicos de pensões.

Em contextos de crise, os sistemas públicos de pensões em repartição têm-se mostrado mais resilientes, podendo ser complementados com fundos de benefícios definidos adequados às especificidades de certos grupos e, de preferência, geridos de forma mutualista.

*Sílvia Ferreira*

## **Futuro**

Apesar de só vivermos o presente, somos obcecados com o que não podemos viver, seja ele o passado ou o futuro. É uma obsessão que tanto oprime como liberta, porque nos prende à imaginação do que fomos ou do que podemos vir a ser, mas também nos liberta para imaginarmos de modo sempre diferente quer o passado, quer o futuro de acordo com as necessidades de cada presente.